

ASPECTOS ECONÔMICOS DA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL:

uma revisão bibliográfica (séculos XVIII e XIX)

ADRIANO KNIPPELBERG DE MORAES* & LUCIENE APARECIDA CASTRAVECHI**

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo fazer um levantamento bibliográfico sobre de que forma os aspectos econômicos da fronteira oeste aparecem na historiografia mato-grossense durante o período colonial e imperial da história brasileira. Analisaremos como os autores Fernando Tadeu de Miranda Borges, Alcir Lenharo, Luiza Rios Ricci Volpato e Nelson Werneck Sodré discutem a economia da região. Nosso objetivo é fazer uma análise bibliográfica referente à economia mercantilista do século XVIII e a incursão de bandeiras e monções nos “sertões” brasileiro, com a intenção de consolidar o território conquistado. O recorte espacial dessa pesquisa contempla a Capitania de Mato Grosso, e como recorte temporal apresentaremos as relações comerciais da região até as últimas décadas do século XIX.

Palavras-chave: Economia, Fronteira Oeste, Capitania de Mato Grosso.

ABSTRACT

The present study aims to survey literature on how the economics of the western border appear in historiography Mato Grosso during the colonial and imperial Brazilian history. Analyze how the authors Fernando Tadeu de Miranda Borges, Alcir Lenharo, Luiza Rios Ricci Volpato and Nelson Werneck Sodré discuss the economy in the region. Our goal is to do a literature review regarding the mercantilist economy of the eighteenth century and the incursion of flags and monsoons in the “hinterlands” of Brazil, with the intention of forming the territory. Limiting to give greater emphasis to the Captainty of Mato Grosso. Taking as a starting point set, we aim to point out the trade until the last decades of the nineteenth century.

Keywords: Economics, Western Border, Captainty of Mato Grosso.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso/ UFMT, sob a orientação do Professor Doutor Vitale Joanoni Neto. Graduado em História pela mesma Instituição. *prof.adrianomoraes@yahoo.com.br*

** Doutoranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso/ UFMT, sob a orientação do Professor Doutor Vitale Joanoni Neto. Graduada e Mestre em História pela mesma Instituição. Graduada em Gestão de Turismo pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR/Londrina. *lucienecasthi@hotmail.com*

O propósito deste artigo é apontar as possíveis relações teóricas entre os textos analisados e de que forma os autores abordam as questões econômicas presentes na fronteira oeste do Brasil durante os séculos XVIII e XIX. Pautamo-nos em trabalhar com 4 (quatro) autores, os quais versam sobre questões correlatas ao “vazio” produtivo dos séculos XVIII, XIX na Vila de Mato Grosso e posteriormente, na Capitania de Mato Grosso. Além é claro, de apontarem quais eram as estruturas produtivas no período. São eles: 1 - Alcir Lenharo: Crise e mudança na frente oeste de colonização (1982), 2 - Luiza Volpato: A conquista da terra no universo da pobreza (1987), 3 - Fernando Tadeu de Miranda Borges: Do extrativismo à pecuária (2001) e 4 - Nelson Werneck Sodré: Oeste - Ensaio sobre a grande propriedade pastoril (1941).

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise bibliográfica referente à economia mercantilista do século XVIII na Capitania de Mato Grosso e a incursão de bandeiras e monções nos “sertões” do território brasileiro, com a intenção de formar o território conquistado pela coroa portuguesa e sucessivamente pelo império, bem como apontar as relações comerciais até as últimas décadas do século XIX naquela região.

A documentação existente do século XVIII, relativa à Mato Grosso, abordam superficialmente a questão econômica. Por isso, os trabalhos elaborados pelos autores tratados neste artigo são de fundamental importância, pois coube a eles a árdua missão de levantar toda a documentação referente aquele período, sintetizá-las e fazer com que estes dados fossem compilados nas obras que produziram.

Alcir Lenharo na sua obra “Crise e mudança na frente oeste de colonização”, tem como objeto de estudo entender como ocorreu à exploração da economia de Mato Grosso no século XVIII, com os principais centros de exportações e importações da colônia mediados ao comércio metropolitano.

O comércio em Mato Grosso ocorria de duas formas distintas, entre a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, bem como com o comércio metropolitano voltado para o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Assim, as atividades comerciais não adentravam para as áreas mais distantes do interior das colônias, possibilitando aos comerciantes especularem os preços dos produtos importados e adquirir ouro em formas atípicas do valor.

Surge assim, naquele período o “mito do isolamento”, como uma forma de conferir aos representantes locais símbolos de heroísmos e virtudes.

Mito do Isolamento. Realmente estavam isolados?

A historiografia brasileira apresenta o “isolamento” da Capitania de Mato Grosso em relação aos grandes centros comerciais, primeiramente, da colônia e depois do império brasileiro como um fator determinante para que a produção econômica daquela região fosse inexpressiva. Fato este que fazia com que a região oeste do continente¹ recebesse as notícias, as mãos de obra, as mercadorias e outros produtos com certo atraso de tempo. Como informa Borges: “a notícia da Proclamação da República chegou a Cuiabá, no dia 09 de dezembro de 1889, isto é, quase um mês após o Evento” (BORGES, 2001, p. 21).

Segundo, Volpato (1987), a ideia de “isolamento” foi consolidada por uma elite que não se preocupava em trazer meios para acabar com tal isolamento. Sob esta ótica, o historiador

1 Ao nos remetermos a palavra continente, estamos referindo ao território luso brasileiro, pois no período em estudo (século XVIII) não havia uma definição oficial da espacialidade do Brasil.

Alcir Lenharo demonstra que:

Mitos tipo isolamento mascaram a falta de discurso histórico, para não dizer que, na realidade, constituem a sua própria negação. Esse tipo de produção mitológica dispensa a pesquisa, breca a reflexão crítica; as explicações são dadas num plano supra-nacional que bloqueia a possibilidade de seu questionamento. Cabe ao historiador fazer a crítica do mito, inserir a razão onde ela é falha, levantar questões, lançar bases teóricas que propiciem o resgate do processo histórico corrente e fundamentem a sua inteligibilidade. (LENHARO, 1982, p. 11).

Ainda para o autor, “é insustentável dar lastros a certas explicações místicas da evolução histórica da Capitania, entre as quais o mito do isolamento” (LENHARO, 1982, p. 11). Para Lenharo, este mito deve ser questionado desde o seu surgimento, pois no ato de sua elaboração foi enraizado com questões ideológicas.

É importante fazermos uma discussão sob quais eram os grupos que tinham o interesse de gerar, sustentar e perpetuar este mito. Lenharo é taxativo ao dizer que:

O mito não foi elaborado e não tem sido reelaborado por casualidade; tem servido, na verdade, à constituição de um ideal aristocrático localista, alimentado por uma historiografia de teor semelhante, seduzidas pela prática laudatória das camadas dominantes. (LENHARO, 1982, p. 11).

Esse isolamento aparece como um reforço do poder local, com a justificativa de que este precisa estar unido para enfrentar os percalços que a região impunha. Não faltando é claro, de mencionar as exaltações que eram estabelecidas a esta população que viviam na fronteira, sendo atribuído a elas o caráter de herói.

Contudo, as atividades econômicas em Mato Grosso não se desenvolveram pelo fato da Capitania carregar a insígnia de “isolada”, mas sim pela falta de investimentos por parte da elite local.

Nesta mesma perspectiva, o trabalho da historiadora Luiza Ricci Rios Volpato, tem como objetivo contrapor-se a ideia de vazio e o mito do isolamento em Mato Grosso. Assim, os discursos oficiais legitimam a “bravura” dos bandeirantes, como uma “raça de gigantes” para explicar o processo de ocupação da região.

O mito do isolamento não tem sustentação, pois Mato Grosso tinha uma relação com São Paulo, na qual se realizava o comércio e um alto fluxo de migração, bem como a ligação com outras vias de comunicação e o intercâmbio com outros centros da Colônia.

Esta tese foi deixada de lado pelos historiadores, pois a mesma não oferece bases

para um estudo profícuo dos aspectos econômicos em Mato Grosso no período colonial.

O início da produção econômica pela Coroa Portuguesa

A colonização do Brasil estava voltada para a atividade agroexportadora para Europa. O plantio de cana-de-açúcar e a implantação dos engenhos possibilitam o povoamento do litoral, bem como colaborou para a proteção do território brasileiro conquistado pelos portugueses.

A busca por índios para desenvolver os trabalhos nos engenhos de açúcar contribuiu para o devassamento do sertão. Os índios passaram a ser escravizados ou vendidos. Outro fator que colaborou para a ocupação do interior do território brasileiro, diz respeito ao descobrimento de ouro e pedras preciosas nessas áreas.

No bojo deste processo, o ano de 1719 pode ser considerado como um marco histórico para a interiorização do território português. Pois neste ano, passou a ocorrer mudanças significativas na vida dos habitantes daquela fronteira. Tendo em vista que até o momento, a área era habitada por índios e que recebia incursões de expedições bandeirantes que a cruzavam em busca de nativos para escravizar (VOLPATO, 1987, p. 20).

Estudos apontam que antes de 1719 os bandeirantes percorriam a região oeste do continente, como é o caso da expedição chefiada pelo bandeirante Manuel de Campo Bicudo nos anos de 1673 e 1682. Em sua passagem pela região, Bicudo fundou o primeiro povoado, localizado no ponto em que o rio Coxipó deságua no rio Cuiabá. Esse local ficou conhecido como São Gonçalo.

Em 1719, chegou na região o paulista Pascoal Moreira Cabral. Ele tinha por objetivo capturar os indígenas para fazê-los de escravos nas lavouras de cana de açúcar no litoral do continente. Nesta busca, os bandeirantes encontram ouro. No dia 8 de Abril do mesmo ano, foi redigida uma carta ao Capitão-general governador da Capitania de São Paulo, pois toda a região pertencia a Capitania de São Paulo, que ficou conhecida como ata de fundação da então Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

A partir daquele momento foi instalada e sustentada no centro do continente uma base da coroa portuguesa. Isso se deve ao trabalho dos bandeirantes, que eram estimulados pela própria corte lusitana a capturarem indígenas e fazer deles escravos. Posteriormente com a descoberta do ouro, movidos pela ambição de enriquecimento fácil, estes se embrenham no “sertão” em busca do suposto Eldorado.

Segundo Lenharo, foi “somente após 1750 que a vida urbana tomou corpo no sertão brasileiro” (LENHARO, 1982, p. 17). Isso se deve ao fato de que em 1748 foi criada a Capitania de Mato Grosso, com a capital sendo Vila Bela da Santíssima Trindade. Com o estabelecimento do governo da Capitania, teve que ser montado todo um aparato burocrático e militar na região. Foi com “a chegada de funcionários e militares que se sobrepuseram à elite até então existente, composta neste momento principalmente por mineiros e comerciantes” (VOLPATO, 1987, p. 20-21).

Nelson W. Sodré revela que na viagem do governador da capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes a Cuiabá, em 1726, observou que nas “longas distâncias [percorridas], em cujo percurso os dias decorrem monótonos pela uniformidade dos panoramas, só se encontram pastagens infinitas, grandes rebanhos e poucos boiadeiros” (SODRÉ, 1941, p. 21).

Com isso foi possível observar o quão baixo era a densidade demográfica existente na região oeste.

Em 1751, Antônio Rolim de Moura foi condecorado Capitão-general de Mato Grosso. A administração da Capitania tinha um caráter militar devido a sua situação de fronteira. O estabelecimento do governo na região foi concomitante com a decadência da mineração. A crise da atividade mineradora provocou o apresamento dos índios, bem como o reconhecimento da região e a descoberta de novas jazidas, e, por conseguinte a ocupação de novas áreas. Em 1752, Vila Bela se tornou o segundo núcleo urbano com o objetivo de encontrar novas descobertas; sua população burocrata era maior que os mineiros, pois naquela localidade estava estabelecida a sede militar da Capitania.

O governo espanhol tinha como ideal ampliar suas áreas mais para o leste, e se possível dominar Cuiabá e Mato Grosso, mas a criação da Capitania conferiu a posse da região. Assim, a Capitania tinha como objetivo reprimir o avanço espanhol, e tentar ocupar as áreas não ocupadas. Este fato configura a tese de Volpato, que caracteriza a Capitania de Mato Grosso como o antemural do Brasil.

Neste sentido, o antimural tinha como objetivo defender e ocupar territórios não ocupados pelos espanhóis. Os índios também se aliaram aos conflitos, atacando as fazendas espanholas e roubando gados que eram levados para os fortes portugueses.

Com a expansão da mineração foi criado o caminho entre Cuiabá-Goiás. A abertura da estrada ocorreu devido a pressão das correntes migratórias que passaram a migrar para Goiás, em um segundo momento pela diminuição do ouro e da escassez de alimentos. A feitura da estrada também estava ligada a guerra com os Paiaguá. Esta abertura foi realizada pelo sertanista Antonio de Pinho Azevedo, que além de escravizar os índios, também estimulou o atrito entre etnias para a sua dizimação. As estradas não comportavam apenas pessoas ligadas às atividades mineiras, o fluxo migratório era acompanhado pela vinda de padres, juizes, ouvidores, soldados, entre outras autoridades, quase sempre oriundas de Minas Gerais.

Assim tanto Cuiabá quanto Vila Bela tornaram-se referências para todas as entradas de bandeiras e monções que transitavam por essa região de fronteira, pois logo começaram a se estabelecerem casas comerciais que praticavam o atendimento nos locais fixos, quanto se deslocavam para atender as zonas de mineração (LENHARO, 1982, p.17).

As atividades monçojeiras também eram realizadas por vias terrestres como uma forma de complementação das vias fluviais. Pelo fato da economia em Mato Grosso no século XVIII estar voltada para as atividades mineradoras, as monções terrestres vendiam seus animais, pois não havia o que trazer neles na sua volta.

Os primeiros colonos a se estabelecerem em Mato Grosso, são provenientes da família de José Brito Leme cuja atividade econômica estava ligada à criação de gado no Araguaia mato-grossense. Nesta área não foi uma tarefa fácil eliminar os caiapó. Estes colonos tinham que povoar o trajeto através da instalação de fazendas, bem como afugentarem os índios e fornecer aos viajantes, gado e mantimentos.

A viagem de D. Luís de Cáceres é considerada o marco para a organização do comércio da Capitania. O governador veio do Rio de Janeiro para Vila Bela pela rota terrestre. Cinquenta anos após a vinda de Cáceres, D'Alincourt descreveu o trajeto com muitas transformações. Foi observado no Lugar de Guimarães uma agricultura indígena pautada no cultivo de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, café e algodão.

O declínio da produção do ouro ao redor da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, provocou em parte da população que ali habitava – que já era inexpressiva – que esta optasse por “compor uma população itinerante, que tendo Cuiabá como referencial, penetrava por áreas ainda não exploradas, em busca de novas jazidas, concorrendo assim para o seu devassamento” (VOLPATO, 1987, p. 31).

A existência de uma população itinerante atingia mais diretamente os interesses da política colonial portuguesa. A procura constante de novos achados concorria para que pequenos núcleos urbanos fossem formados onde a descobertas tivessem sido bem sucedidas, conquistando áreas da Espanha (VOLPATO, 1987, p. 32-33).

Neste momento histórico a coroa portuguesa incentivava a migração de elevado contingente populacional para o interior do território brasileiro em busca de novos veios auríferos que estavam sendo descobertos nos sertões do continente. As minas do Mato Grosso situavam-se no vale do rio Guaporé. Mas, a região deste rio era insalubre e repleta de condições que não propiciavam a fixação do povoamento naquele lugar.

Volpato aponta que:

A prospecção e a exploração auríferas imprimiam características seminômades à população, extremamente importante para a expansão colonial, uma vez que, no exercício de suas atividades cotidiano esses indivíduos atingiam determinadas metas da Coroa portuguesa, quais sejam, ampliar-lhe o território e obter-lhe riquezas (VOLPATO, 1987, p. 32).

Durante todo o século XVIII a capitania de Mato Grosso teve sua economia pautada na mineração de metais preciosos. Para tanto, nas zonas mineradoras e nas cidades de Cuiabá e de Vila Bela se apresentavam necessidades de abastecimento de produtos de primeira necessidade, mas como chegavam essas mercadorias?

O comércio na Capitania de Mato Grosso

Com a crise da mineração o caminho por terra passou a ter mais importância. A Companhia de Comércio Grão Pará desativou suas operações no roteiro madeira-guaporé. O declínio da atividade mineradora provocou uma crise para os comerciantes que haviam realizado empréstimos junto à Companhia, bem como culminou no apresamento de índios, pois os escravos africanos eram mais caros. Assim, o minerador perdeu a sua capacidade de troca e transferiu os seus meios de produção – terras, escravos, instrumentos de trabalho para outras atividades ligadas à agricultura e pecuária. Do mesmo modo, os escravos foram empregados em outras atividades econômicas. O mineiro passou a agregar novas terras, tornando-se senhor de engenho e criador de gado.

Entre os anos de 1755 a 1778 o comércio nesta região ficou vinculado a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (LENHARO, 1982, p. 09). A Companhia era a responsável por abastecer os arraiais, vilas e aldeias de produtos comestíveis, manufaturados, instrumentos de trabalho e, também é claro, de escravos. Porém, não podemos desconsiderar a atuação comercial de “comissários volantes” ou mascates, que eram associados a grandes casas comerciais do litoral. Estes saíam de suas cidades de origem carregados de mercadorias e permaneciam em movimentação até esgotar todo o seu estoque de produtos.

As monções organizadas pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão partiam de Belém com destino a Vila Bela da Santíssima Trindade, passando pelos rios Madeira/Guaporé. Havia também as monções terrestres que percorriam os caminhos monçoeiros do Tiête, no sentido São Paulo / Cuiabá. Porém, “as monções que chegavam por terra apenas complementavam o trabalho das monções fluviais. As monções terrestres levavam a vantagem de conduzir bois e cavalos” (LENHARO, 1982, p. 20). Outra vantagem que as monções terrestres possuíam, era o fato poderem vender como mercadoria os animais usados no transporte, já que quase nada havia para levar na viagem de volta.

Contudo, deve-se levar em consideração que os custos das monções terrestres eram maiores se comparados com as fluviais. As mulas e os bois não conseguiam carregar armas de fogo de grande porte, como os canhões. Outro ponto que fazia com que as incursões via terrestre não prosperasse, eram os ataques indígenas que ocorriam ao longo do trajeto de São Paulo até Cuiabá.

Durante todo o século XVIII a economia de toda a região oeste do continente era pautada no extrativismo de metais preciosos. Não é possível ignorar outras atividades econômicas existentes, como: a criação de gado, algodão de fibra longa, carne, couros, crina de cavalo, entre outras mercadorias com menor relevância.

Volpato assevera que “para o seu desenvolvimento (mineração) foram importados instrumentos de trabalhos² e mão-de-obra³. Em 1727, existiam em Cuiabá dois mil, seiscentos e sete escravos, trabalhando principalmente na mineração” (COELHO apud VOLPATO, 1987, p. 80). O baixo nível tecnológico que a mineração dispunha naquele período exigia com que a mão de obra escrava fosse empregada na árdua tarefa de extrair as pedras preciosas.

Porém, a coroa lusa tinha a consciência de que essa ocupação por meio das minas auríferas não propiciaria a fixação permanentemente da população nas regiões mais distantes do interior do continente. Devido a isso, ela “teria insistido no incremento da agricultura e da atividade criatória para permitir o guarnecimento da fronteira em condição permanente” (LAPA apud VOLPATO, 1987, p. 32).

Sá aponta que “a região não conseguia atingir uma produção regular de gêneros de abastecimento que satisfizesse a demanda, o que a colocava na dependência de sua

2 Para Marx, esse trabalho é “antes de tudo, um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu próprio câmbio material como uma de suas funções. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”. MARX, K. **O Capital**. Livro I, volume 1, p. 211.

3 O termo **mão de obra** tradicionalmente designa o trabalho manual empregado diretamente na produção industrial. Para efeito de apuração de custos, distingue-se a **mão de obra direta** (o trabalho diretamente empregado na fabricação de um bem ou serviço), e a **mão de obra indireta** (o trabalho realizado em atividades frequentemente indivisíveis, de supervisão ou apoio à produção, tais como a manutenção de máquinas e equipamentos, limpeza ou vigilância). SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 255.

importação” (SÁ apud VOLPATO, 1987, p. 79). É possível observar também que “existiam muitas dificuldades para o desenvolvimento da agricultura, tais como irregularidades na distribuição das chuvas, proliferação de ratos e outras pragas” (SÁ apud VOLPATO, 1987, p. 80).

Volpato mostra que “na medida em que as minas já se encontravam em fase de esgotamento, o que ocorria era o endividamento dos indivíduos, em relação aos comerciantes, que lhes forneciam a crédito” (SÁ apud VOLPATO, 1987, p. 81-82).

As atividades econômicas na Capitania de Mato Grosso

De acordo com Warren Dean (1996), o contexto global do século XVIII é marcado pela busca do saber científico pautado nas ciências naturais. Neste cenário a Mata Atlântica tornou-se um objeto de curiosidade, e o rei português passou a patrocinar as ciências naturais, tendo em vista que a atividade mineira estava em decadência. Porém, a economia imperial era carente de uma frota desenvolvida, de uma produção colonial eficiente e diversificada, melhor infraestrutura, bem como a integração com o interior para a prática de atividades dos setores do comércio exportador.

Com o foco do governo português redirecionado para a Mata Atlântica, as atividades comerciais estavam ligadas ao comércio exportador de pele de onça, veado, lontra, cotia, entre outros; bem como o cultivo e a exportação da cochonilha e do índico.

No século XVIII foi criada a organização de indústria naval em Salvador. A cora deu ordens para se conservar a madeira naval, pois havia a necessidade de suprimento de madeira para as embarcações. As espécies de madeira de maior valor na construção naval deveriam ser vendidas exclusivamente para os estaleiros reais a preços fixados pelo governo.

Assim, os posseiros tinham como finalidade defender as terras a partir da sua fixação nelas. Os incêndios passaram serem punidos com prisões, proibiram-se as queimadas e a derrubada da floresta virgem; os proprietários de terras tinham que ter permissão para derrubar a madeira de lei. Diante dessas mudanças do manejo da Mata Atlântica, ficam evidentes as intenções do governo português em patrocinar as ciências naturais no Brasil: aumentar suas receitas por meio das exportações e aprimorar as defesas imperiais a partir da manufatura local de material bélico, em um período marcado pela decadência das minas de ouro e diamante em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

O século XVIII findou-se deixando uma crise econômica instaurada na capitania de Mato Grosso. Crise esta que fez com que o século XIX iniciasse “assistindo um endividamento progressivo das grandes casas comerciais das cidades mato-grossenses” (LENHARO, 1982, p. 53).

O Bloqueio Continental em 1806 provocou o aumento da crise em Portugal, ocasionando assim, o atraso no soldo dos soldados, que passaram a praticar outras atividades para o seu sustento. Com a crise da mineração em Mato Grosso e do Sistema Colonial, bem como as disputas entre portugueses e espanhóis, pode-se observar que a população de Mato Grosso defendeu e expandiu os domínios devassados pelos bandeirantes. Foram criados povoados, fortes, vilas habitadas por diversas ordens sociais. Os colonos tornaram o cerrado habitável, garantiram a posse da terra e depois do território nacional, como também conquistaram as áreas habitadas por índios que pertenciam à Espanha, conforme o Tratado de Tordesilhas.

De acordo com Lenharo (1982), o século XIX é assinalado pelo cenário das dívidas em grandes casas comerciais de Mato Grosso. Cuiabá e Vila Bela tinham débitos atrasados com o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Assim, o risco dos comerciantes perderem as suas mercadorias era constante. Desse modo, estes acrescentavam todas as suas despesas na conta final do consumidor. O valor acrescido era justificado pela passagem, pois a travessia de pessoas, cargas e animais era alta, sendo que a taxa de cobrança variava de acordo com a região.

O século XIX é marcado em Mato Grosso como um período de crise, ligado às revoltas da Rusga ocorrida em 1834 em Cuiabá cujo propósito foi retirar do poder os comerciantes portugueses com as forças de armas. Conforme Lenharo (1982), esta crise originou o reordenamento das forças produtivas, bem como a substituição defensiva de importações.

Com a perda do valor do minério, as mercadorias permutadas passaram os seus valores elevados, redirecionando os comerciantes para as atividades agrícolas em suas terras, bem como mineiros e lavradores que obtiveram a concessão de sesmarias para a ampliação de suas produções.

Neste sentido, a crise da mineração provocou a constituição de um novo campo comercial, o qual se distanciou das atividades importadoras, e conseqüentemente se vinculou ao provimento de núcleos urbanos da Capitania, que colocou a disposição os gêneros do país de cultivo local. O declínio da atividade mineradora ocasionou mudanças sociais, como o comércio de mantimentos que era realizado por chefes da hierarquia militar e burocrática.

A imagem do comerciante estava atrelada a um especulador, pois este enriquecia a custa do consumidor, mas Lenharo (1982, p. 64), aponta que a prática da especulação estava pautada no contexto de uma economia de Estado em constante crise, ou sob as determinações da política colonial. As pesquisas não conseguiram solucionar os problemas estruturais e passaram a criticar a dimensão social da prática do comerciante.

O comércio era o vetor propulsor da riqueza da economia da Capitania. Assim, os comerciantes eram os grupos mais privilegiados da sociedade, sendo que os funcionários públicos e militares tinham um padrão de vida inferior em relação aos pequenos proprietários agrícolas, mineradores, artesãos e caixeiros. A região cuiabana polarizava as relações econômicas da sua área de influência, pois esta desenvolvia atividades ligadas à prospecção de ouro e diamante em Diamantino; a produção de açúcar em Cuiabá e Chapada dos Guimarães; a criação de gado em Cáceres e Poconé. Cuiabá se caracterizava como o maior centro urbano da Capitania, haja vista que o ouro, o diamante e a prata contrabandeados dos domínios espanhóis, possibilitaram que o comércio em termos relativos, não deixasse que o déficit comercial se acumulasse em condições insuportáveis.

A capitania de Mato Grosso possuía dimensões territoriais continentais, com cerca de quinhentas léguas de fronteira. Isso fez com que a coroa portuguesa estabelecesse naquela região um aparato militar. O ônus dessa despesa recaiu sobre a população local que habitava a Capitania de Mato Grosso.

Essa crise financeira gerou problemas no abastecimento dos núcleos urbanos, chegando a períodos de grandes carências e fomes no início do século XIX. "Nessas ocasiões, os escravos eram os que mais padeciam. Eram diretamente atingidos pela carestia de gêneros de primeira necessidade" (VOLPATO, 1987, p. 82).

Uma das alternativas encontrada para a queda dos custos com a importação de escravos negros era o aprisionamento de nativos. “Entre os grupos indígenas atacados, estavam os bororos, que ofereceram menor resistência ao apresamento e maior facilidade de adaptação à vida do branco” (VOLPATO, 1987, p. 83). Mas, é necessário salientar que escravizar os indígenas não era uma atividade realizada sem luta ou resistência.

Alcir Lenharo, no capítulo 3 de sua obra tratando das “metamorfozes da crise” durante todo princípio do século XIX, explorou os documentos localizados no Arquivo Público de Mato Grosso e encontrou vários documentos que apontam que importantes casas comerciais estavam devendo para as casas comerciais do litoral.

Essa situação financeira ruim não era vivida apenas pelos mercadores, mas também pela agência fazendária da capitania de Mato Grosso. Em 1819 a Capitania possuía uma dívida de 690: 427 \$ 368 reis (LENHARO, 1982, p. 54). Os documentos relatam que os salários do funcionalismo público estavam atrasados, os soldos dos soldados também se arrastavam por meses em atrasos. Não era apenas os vencimentos funcionais que estavam em débito, mas as guarnições militares estavam abandonadas, faltando todo tipo de recurso para o bom funcionamento da mesma.

Evidente que os desdobramentos da crise não poupavam os livres andamentos dos negócios. A falta de numerário, a dificuldade de transporte, o fisco excessivo, a especulação dos preços, só fazia por obstar a expansão das atividades. Para os comerciantes o risco de perderem as mercadorias negociadas era permanente (LENHARO, 1982, p. 55).

Como alternativa a crise enfrentada durante as primeiras décadas do século XIX ocorreu o crescimento de outras atividades econômicas como a agricultura, a pecuária e a indústria de manufatura. Essas categorias “foram desenvolvidas a partir de técnicas indígenas como também vários hábitos indígenas o goram pela população” (VOLPATO, 1987, p. 84).

Os índios e os negros foram usados exaustivamente na mineração, “principal atividade econômica da Capitania, mas trabalhavam também em várias outras atividades, cumprindo diversas funções” (VOLPATO, 1987, p. 84).

A produção da agricultura iniciada na Capitania de Mato Grosso, não tinha como exportar os produtos que nela eram produzidos, pois não podia enfrentar a concorrência de outras áreas produtivas da Colônia. No caso do açúcar, o Nordeste e o Centro-Sul também eram os produtores desta mercadoria e conseguia fazer isso com um custo bem menor.

Com isso a produção do açúcar de Mato Grosso restringiu-se ao mercado local, apenas ao consumo da região. Mas não apenas o açúcar, também seus subprodutos, em especial a aguardente.

Devido ao fato do cultivo da cana de açúcar assumir esse caráter de atender ao mercado regional, não foi possível que ela se tornasse o principal produto, substituindo a mineração. Por não conseguir firmar-se como uma monocultura, “seus proprietários na maioria das vezes, ocupavam-se de atividades paralelas, procurando, com a diversificação, manterem-se em equilíbrio dentro de uma economia em crise” (VOLPATO, 1987, p. 87).

Além da cana de açúcar, a expansão da criação de gado iniciou-se com enormes dificuldades e deu-se de forma lenta e gradual. O principal empecilho encontrado para a criação de gado era o fato de que, para as autoridades coloniais não era interessante que essa atividade econômica ocorresse em Mato Grosso, pois corria o risco de absorver a mão de obra da mineração que já era rarefeita.

Gado bovino e muar eram introduzidos na Capitania por comerciantes paulistas, que obtinham seu produto nos campos do Sul. A região contava ainda com a incorporação de gado do vale do São Francisco, trazido, como o do Sul, pelo caminho terrestre de Goiás, cujo entroncamento ficava em Meia Ponte, na Capitania de Goiás (VOLPATO, 1987, p. 88).

Apesar de todos os empecilhos criados pela coroa portuguesa para tentar inibir a criação de gado na região oeste do continente, ela expandiu-se ganhando os campos do pantanal mato-grossense. A criação rebanho bovino foi o motivo para a solicitação de muitas sesmarias nas regiões longínquas do litoral. Porém, mesmo com a pecuária crescendo em progressões geométricas o seu consumo ainda era voltado para o mercado consumidor interno, visando abastecer os, ainda insipientes, núcleos urbanos. Como Vila Bela, Cuiabá e das fortalezas que foram estabelecidas na fronteira" (VOLPATO, 1987, p. 90).

Com relação à utilização da força de trabalho na pecuária, esse número era pequeno, devido ao baixo nível tecnológico que era aplicado. A principal mão de obra utilizada na de forma extensiva na pecuária daquele período foi a indígena, que servia para "campear o gado e promover rodeios" (VOLPATO, 1987, p. 91).

Assim, a pecuária em Mato Grosso assumiu características específicas. Funcionou como atividade subsidiária, visando ao consumo interno. Deu ensejo à formação de grandes latifúndios, onde, no entanto, a criação de gado se desenvolveu paralelamente a outras atividades econômicas. Na medida em que as fazendas de gado mato-grossenses não visavam à exportação, a utilização do escravo negro se fazia mais onerosa. Isso porque, da mesma forma que na lavoura canavieira, a importação do negro se dava através de recursos que deixavam a capitania (VOLPATO, 1987, p. 91).

Com base nas informações expostas acima, é possível concluir que em todo o período colonial e nas primeiras décadas do Império brasileiro, ainda insipiente, a região oeste do continente tinha uma economia pautada na extração de pedras preciosas, a qual e se fazia de uma forma muito precária. Mas, também possuía outras atividades econômicas que atuavam na tangente da crise, oferecendo mercadorias de primeiras necessidades, como carne e lavouras de subsistência.

Borges relata que no ano de 1856, foi firmado um acordo entre o governo do Brasil e do Paraguai “para que houvesse a abertura da navegação no rio Paraguai aos barcos brasileiros e de outras nacionalidades (de Corumbá até o rio da Prata) teria ampliado as possibilidades de comércio (e de produção para a exportação) de Mato Grosso” (BORGES, 2001, p. 29).

Quase que imediatamente a economia da região sentiu os efeitos desse convênio entre os dois governos. No ano de 1861 foi implantada em Corumbá uma Alfândega. O movimento de embarcações e mercadorias foi intenso que apenas 1 (um) ano depois Corumbá foi elevada a condição de Vila.

Porém, com o início da Guerra do Paraguai, em dezembro de 1864, ocorreu um “bloqueio a navegação no rio Paraguai e o comércio de Mato Grosso se viu desorganizado, por um grande período de tempo” (BORGES, 2001, p. 30).

Mas com o fim da Guerra, no ano de 1870, houve o início de um novo momento econômico mato-grossense, pois os portos ao longo do Paraguai foram reabertos, o que deu a capitania de Mato Grosso livre acesso para fazer comércio com outras regiões do império, mas também para fora dos limites imperiais.

A partir das últimas décadas do século XIX ocorreu o crescimento da economia mato-grossense intrinsecamente ligado ao crescimento populacional e a abertura de novas frentes de produção para suprir o público consumidor local.

Borges informa que “a produção voltada ao consumo local: como o café, mal bastava para as necessidades da Província; assim como a mandioca, o milho, o arroz e o feijão não satisfaziam o consumo interno. O fumo era importado de Goiás; [...] o açúcar era a produção de maior relevo na época” (BORGES, 2001, p. 47).

Na historiografia na década de 1890 é possível observar que uma chave foi virada com relação à economia de Mato Grosso, mas essa mudança foi pautada na exploração de dois produtos que até o momento não exerciam grandes expressão: o mate e a borracha.

A exploração da Ipecacuanha começou a partir do declínio da mineração. Este produto alcançou no século XIX, considerado um período de estagnação econômica, um relativo significado. A Ipecacuanha foi comercializada com São Paulo e no âmbito externo com a América do Norte, Inglaterra e Uruguai. Porém, pelo fato do seu preço sempre se encontrar em nível internacional instável, esta atividade não conseguiu empregar uma maior dedicação nos exploradores. Assim, Borges (2001) nos mostra que apesar da contínua presença na exportação de Mato Grosso, esse produto não foi categórico para qualificar a economia da província.

A partir de 1877, Tomás Laranjeira passou a explorar os ervais existentes no Sul de Mato Grosso. A atividade da erva-mate se estabeleceu como um monopólio, pois esta se colocou com um Estado dentro da província, haja vista que o dinheiro transitado no âmbito da empresa, teve cunhagem própria, os funcionários recebiam por meio de valores, e a formação policial era oriunda da companhia. Entretanto, a exportação da erva-mate obteve efeito pouco expressivo, mas a sua economia contribuiu para a constituição de muitas cidades no Sul do Estado, como Ponta Porã, Porto Murtinho e Bela Vista. Embora se tenha tentado desestabilizar o monopólio operado pela Mate Laranjeira, este ideal não foi alcançado, tendo em vista que a sua exploração foi importante até a década de 1930.

A exportação da borracha mato-grossense começou a partir de 1874, obtida nos seringais do rio Novo e cabeceira do Cedro, sob o gerenciamento do Coronel Antonio Bruno Borges, com o lucro estimado pouco gratificante. Até a década de 1880, esta atividade continuou sendo praticada de modo muito precário. A borracha de Mato Grosso era exportada pela Bacia do Prata e pelo rio Amazonas; enviada principalmente para Londres e Hamburgo.

Pelo fato da exportação da borracha mato-grossense ser transportada pelo rio Amazonas, esta não ganhou o status como sendo da província, impedindo que este artigo de importante relevância assinalasse a economia de Mato Grosso. O contrabando da borracha para a Bolívia, também colaborou no arrecadamento de um imposto irrelevante, bem como a precariedade das vias de comunicação que prejudicaram a comercialização do produto. Os principais Estados e países que importavam a borracha de Mato Grosso eram: o Amazonas, o Pará, São Paulo, a América do Norte, a Argentina, a França, a Inglaterra e o Uruguai.

Considerações finais

Com base nas referências expostas é possível compreender que apesar da dimensão territorial extensa que a capitania do Mato Grosso possuía, cerca de 1.100.000 km², não existiu uma agricultura em larga escala após o declínio da mineração. Muito pelo contrário, nos documentos encontrados os relatos são de que as lavouras existentes mal conseguiam suprir as necessidades básicas da população. E que em todo o século XVIII não há registros de que ocorreu uma produção agropastoril consolidada na região.

Devido ao fato da capitania não possuir uma produção suficiente para a atividade de exportação da coroa portuguesa, no século XVIII e nas primeiras décadas em que o Brasil estava sobre o regime imperial, não há registro de aberturas de estradas para fazer o escoamento de produtos, pois eles não atendiam a esta finalidade. Serviam apenas para suprir as necessidades de um mercado interno regional.

A agricultura de Mato Grosso estava voltada para a produção de alimentos. Mesmo que solo apresentasse condições favoráveis para a atividade da lavoura, ainda assim não se conhecia alguns instrumentos de trabalho como o machado, a foice e a enxada. Portanto, os produtos cultivados na província tinham o seu preço elevado para suprir a necessidade da população local. Os gêneros produzidos eram: o arroz, feijão, milho, mandioca, cana de açúcar entre outros. Vale lembrar, que até no período republicano não houve um crescimento da produção agrícola em Mato Grosso, pois as plantações eram designadas para prover o consumo local.

A agroindústria canavieira é considerada uma das atividades mais antigas, datada de 1727. Com a Guerra do Paraguai esta atividade foi interrompida, voltando apenas a ter importância no final do período do escravismo na região do Rio-Abaixo. Entretanto, a partir de 1930 com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, as agroindústrias canavieiras de Mato Grosso, tiveram seu poder de decisão restrito, bem como ocorreu a diminuição da sua produção devido a grande concorrência com as usinas de São Paulo, lideradas sob a forma de monopólios.

A primeira atividade econômica desenvolvida em Mato Grosso foi a mineração de ouro e diamante de aluvião, porém devido a falta de recursos e de conhecimentos técnicos para a prospecção destes produtos em solos profundos, a mineração entrou em declínio, pois de acordo com Barrozo (2007), a falta de conhecimento técnico interrompeu o desenvolvimento

da mineração e acelerou a sua decadência. A burocratização e centralização do sistema administrativo das minas, também foi um fator que dificultou a sua expansão.

Com a crise da mineração em Mato Grosso, outras atividades comerciais foram estabelecidas para suprir a necessidade da população local, dentre elas destacam-se o cultivo de alimentos e de alguns produtos manufaturados.

A partir das leituras citadas ao longo do texto, podemos concluir que a economia de Mato Grosso desde a sua ocupação no século XVIII por uma população não indígena, até o início do século XX, não obteve grande expressão comercial, tanto âmbito interno como externo.